

dência do Vereador Jânio dos Santos Mendes e com a ocupação da primeira Secretaria pelo Vereador Waldmir Rodrigues de Raceda reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso respondera a chamada nominal o Vereador Wilmar Monteiro. Não havendo número regimental o Senhor Presidente encerrou a presente reunião em nome de Deus, marcando uma reunião extraordinária para o dia 14 (quatorze) de fevereiro do ano em curso. E para constar, mandou que se lavrasse esta Ata que depois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, será arquivada para que produz a seus efeitos legais.

*[Handwritten signatures]*  
 Jânio dos Santos Mendes  
 Presidente

Ata da décima-segunda reunião da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia dezesseis de fevereiro do ano em curso.

Por dezesseis horas do dia dezesseis de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e nove (1989), sob a presidência do Vereador Jânio dos Santos Mendes e, com a ocupação da primeira e segunda Secretarias pelos Vereadores Waldmir Rodrigues de Raceda e Edvaldo Pinto de Andrade reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Ruy Silva da Rocha Gures Bena de Siqueira, Benilde Mota, Carlos Roberto No. Sousa dos Santos, Carlos Roberto Silva, Dejan Jacquin, Jairo da Costa Gomes, José Carlos Dias, Jozimo Pacheco, Elton Moura Valério, Quia Sant'anna, Celso da Silva e...

Osmair Campaio da Silva, Valter dos Santos Silva, Wilmar Monteiro fazendo número regimental, e Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir foram lidas e aprovadas as seguintes Atas Oitava, nona, décima e décima primeira reuniões extraordinária realizadas no dia, terça de Janeiro e dois de fevereiro de 1989. A seguir o Senhor Presidente determinou aos Srs. Vereadores a leitura da pauta da Ordem do dia que consta do seguinte: Projeto de Resolução nº 092/89, promovente Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cabo Frio, disposto no tocante os vencimentos e número de vagas dos cargos dos funcionários da Câmara Municipal de Cabo Frio; Projeto de Lei nº 005/89, oriundo da Mensagem Executiva 006/89, disposto sobre os vencimentos e número de vagas dos funcionários da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, Emenda Substitutiva nº 003/89, promovente Comissário de Licitação e Contratação, disposto sobre substituição ao Artigo sétimo do Projeto de Lei nº 002/89; Emenda Aditiva nº 002/89 promovente Vereador Carlos Roberto Silva, disposto sobre fim da Aditiva ao Artigo oitavo do Projeto de Lei nº 002/89; Emenda Substitutiva nº 005/89, promovente Vereador Luiz Silva da Rocha, disposto sobre substituição ao Artigo segundo do Projeto de Lei nº 005/89; Emenda Substitutiva nº 006/89, promovente Vereador Carlos Roberto Noronha dos Santos, disposto sobre substituição a Tabela I a que se refere o disposto o Projeto de Lei nº 005/89, Emenda Aditiva nº 003/89, promovente o Vereador Luiz Silva da Rocha, disposto sobre Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 005/89; Emenda Aditiva nº 004/89, promovente Vereador Edmilson Rodrigues de Paqueta, disposto sobre Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 005/89; Emenda Modificativa nº 002/89, promovente Vereador Carlos Roberto Noronha dos Santos, disposto no tocante modificação ao texto do Artigo Terceiro do Projeto de Lei nº 005/89; Emenda Suplementar nº 001/89, promovente Vereador Wilmar Monteiro, disposto sobre Supunção de Cargos de direção o fim do Noronçal de Cabanis na Tabela III, a que se refere o disposto no Projeto de Lei 005/89. Terminada a leitura da pauta da Ordem do dia, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos às 20h.

mentos dedicados aos Oradores Invitados. Foi um ca. há uns o vereador Carlos Roberto Silva, iniciando sua fala, teve críticas ao prefeito Sr. Saldanha, dizendo que o chefe do Executivo era "inexistente", visto que não era encontrado em São João, nem mesmo na a copa do "Jamelão" que segundo se falava na cidade, o Sr. Saldanha fora visto dando consultas no Município de São João de Janeiro, precisamente na Praça 15. Por conseguinte, disse que o Prefeito não estava cumprindo compromissos assumidos em campanha, e que nem mesmo atendia ao povo na pé contencioso "Jamelão" e que o Povo antes um cidade, hoje estava tomado pelo vício, e a cada parecia que o Prefeito Sr. Saldanha se copelhara um pouco no Graciano Saldanha, pois tentava comportar-se como um líder espiritual, ficando de longe e ordenando para que as coisas acontecessem, e que na realidade não refletia seu propósito quando candidato. Afirma o orador que o povo de São João queria a presença do Prefeito, para solucionar os problemas e administrar o Município. Argumenta ainda, que o Prefeito Sr. Saldanha não podia deixar o Município como administrado por seus auxiliares, que a exemplo de Secretários de Serviços Públicos demonstraram incompetência para exercer atividades. Ainda sobre o Secretário de Serviços Públicos, disse que o mesmo convocara os funcionários Municipais para comparecerem a Câmara e pessoalmente os Vereadores, dizendo que a Câmara não o pedia mensagem do Prefeito dispõe sobre elevação de níveis salariais, quando apenas no dia anterior o documento havia sido recebido pelo Sr. Borborema. Ainda que a Mensagem não havia sido analisada com profundidade por falta de tempo hábil, mas por simples leitura constataria algumas distorções, e que os Vereadores em conjunto, acreditava, iam fazer algumas emendas corretivas, com o objetivo de fazer justiça também para com o sábio servidor da limpeza pública, contemplado com apenas vinte por cento de aumento o que considerava muito pouco, e injusto para com tão valioso Plano encerrando a seguir seu pronunciamento em seguida, ocupou a tribuna o vereador Omar Sampaio, iniciando sua fala, manifestou seu protesto pelo comportamento do Executivo Municipal. Então

do impor-se a Câmara Municipal, lembrando fraticamente muito co-  
mum na legislação anterior, quando Mensagens Recursivas eram  
sempre apreciadas em regime de discussão única, quando a lei  
criava e cumprimento de normas e outras imprescindíveis a apre-  
ciação, mas que à época uma lamada magistratura separava as  
Mensagens de Câmara em sessão, ou melhor, disse, de qualquer  
maneira. Disse que o seu objetivo como vereador era de cumprir  
e obedecer, com plenitude, com serenidade e prestar a colaboração  
do seu partido a toda Administração do Município de Cuba  
São. Removendo, disse que o recense da Câmara fora suspenso  
pelo Senhor Prefeito Municipal no início do mês de janeiro, com  
a Casa sendo convocada para apurar especificamente quatro maté-  
rias e que pela legislação vigente, as Sessões Extraordinárias só  
podiam apreciar matérias específicas, ou seja, registradas no ofício  
de convocação. Considerou ainda que a presença dos vereadores na  
Câmara, através de chamamento do Secretário de Serviços Públicos,  
denotava uma vontade do Sr. Prefeito Municipal, que para se  
solu problemas mais delicados, induzia a presença sobre a Câmara  
Municipal e assim, a apreciação em discussão única uma ma-  
téria das mais importantes, modificando os salários e também a es-  
tutura administrativa da Prefeitura e que por serem ele, merecia  
uma apreciação mais detalhada e cautelosa, visto os seus encon-  
trados e até mesmo injustiças salariais, invocando sua fidelidade,  
disse esperar que os Senhores Vereadores, no cumprimento do re-  
gimento interno e da Lei Orgânica, colocassem a Câmara Muni-  
cipal no lugar onde merecia estar. Logo após, ocupou a tribuna o  
Vereador Wilson Monteiro, qm. iniciou sua fala, abordando Mensagem  
do recense disposto sobre reajuste salarial para os funcionários, dis-  
se de esperar que as categorias mais inferiores estavam sendo prejudica-  
das, e mais, que se usava a lei de, dos servidores com o obje-  
tivo de equalização salarial, e ainda, que a matéria era irregular por  
não atender a Lei Orgânica, mas que a matéria era relevante e  
que assim sendo cabia a tolerância em sua apreciação, apenas  
não entendo porque a matéria sendo anexada no dia 10 de janeiro  
chegou a Câmara no dia 15 do mês, e que no dia 16 a Câmara

era encaminhada para esta matéria financeira, mesmo sendo ele  
optico entusiasta de vinte e quatro horas, a pretexto de que o  
Senhor estava aguardando aprovação da Câmara para recebimen-  
to dos salários do mês de Janeiro. Disse que a alegação era falsa  
e mentirosa, visto que os funcionários aguardavam para receber o  
desagraciado salário de sessenta e quatro cruzados, enquanto os assesso-  
res e Secretários do Governo Municipal iam receber apenas co-  
mo gratificação, em torno de cento e trinta cruzados, e atri-  
bua; que por falta de mensagem, observada a tempo cada Secu-  
tário de Governo ia receber mais cinquenta por cento sobre sala-  
rio de um mil e trezentos cruzados, o que era um absurdo  
e que merecia correção através de emenda do Vereador Goyr  
Silva do Rocha, dizendo que fazia tais comentários para que  
se tivesse uma ideia do quanto era errado aquela tal Men-  
sagem sem que houvesse tempo pra análise mais aprofundada. Ainda  
observando a Mensagem, disse que a mesma trazia embutida  
muitas incorreções, desde o número de 12 secretarias e, apenas  
cinco sub-secretários, o que não entendia, até o salário dos  
quinze assessores do Gabinete, 15, com salários de setecentas lu-  
zias, enquanto um diretor do IML ia receber muito menos,  
tambora a complexidade e importância do trabalho, destacando  
o fato de que fazer ser assessor de Gabinete bastava ser amigo  
do chefe, não sendo exigida nenhuma condição profissional. Dis-  
se que outra situação de injustiça era para com o Senhor  
da Limpeza pública, com sessenta e quatro cruzados, indi-  
cando até quando a Câmara não permitia que tais injustiças  
continuassem a ser praticadas. Indagando, disse que as es-  
peranças não podiam ser frustradas, aduzindo a hipótese  
da Câmara ser reunida na próxima terça-feira, e que fosse  
sensibilizado o Senhor chefe e que fosse encontrada uma  
solução, ou que menos injustiças fossem cometidas sobre o funcio-  
nário. Disse que lamentavelmente pra todo mundo e que assim  
sendo não teria o propósito de participar daquela reunião, por-  
tão se sentia bem afirmando matéria "em cima da pena",  
cometendo injustiças principalmente com aquelas pessoas mais

Carantes, que apesar não receber mais um voto de fé, o que ocorre antes da eleição após analisar as injustiças cometidas com todos os categorias profissionais da Municipalidade, disse que teoricamente, caso a Câmara não aprovasse a Mensagem do Senhor Prefeito, ninguém seria prejudicado, mas que os servidores de limpeza pública presentes no Auditório do Casa se sentiam prejudicados, quando na realidade a função do Conselho de Câmara era praticar a verdadeira Justiça Social, e não proteger meia dúzia de pessoas, que tinham seus interesses em casa e que mereciam ser amovidos do Prefeito. Disse também que cerca de dois mil funcionários, enquadrados em diversas categorias, não recebiam nem cem Cruzados por mês, e que assim sendo também não era verdade que a Prefeitura tinha oito mil servidores, e que a tabela enviada pela Municipalidade dissipava as dúvidas, e que na realidade três mil quinhentos e quarenta e três funcionários estavam registrados no Departamento Fiscal. Disse também que questionara os livros utilizados pela atual administração quanto as despesas, afirmando que os fantasmas, os que nada produziam e que deviam ser demitidos, mas que de forma alguma, além de seus chefes de família, podiam ser prejudicados em nome da lei, pois tinham que ser respeitados os servidores que produziam que trabalhavam. Comentou também sobre outras categorias, com especializações, entre elas, fiscais, professores, semi-tecnistas, entre outras, que não chegavam a receber acima de cento e noventa e três Cruzados por mês, e que a grande maioria de fiscais e professores eram concursados, e que tornava mais flagrante a injustiça salarial. Quanto a funcionários com nível universitário, recebiam em média duzentos e quarenta e quatro Cruzados por mês, entendendo e compreendendo as dificuldades do Prefeito que assumira em Janeiro/89, mas que se a Câmara aprovasse a Mensagem em questão, estaria protegendo principalmente os que tinham salários mais elevados, e que não agiria, dentro do seu ponto de vista fiscal, esperando que prevalecesse o bom senso, e que

muito menos fosse eludido o funcionário mais humilde, encenando a seguir sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Orlando do Silva Sousa, iniciando sua fala, disse não ser possível a Casa estar recebendo Mensagem de Executiva sem o prazo ditado por lei, para sua correta apreciação, e que mais do que nunca era necessário um basta, pois caso contrário haveria a continuação de práticas muito comuns no governo parado. Dissequindo, disse que o Projeto de Lei acerca a Mensagem de Executiva, disposto sobre reajuste salarial do funcionalismo público, apresentava algumas falhas, porém cessar o fato o mesmo não especificar o número de vagas para cargos de direção e assessorias, mas que era flagrante a presença de "macajás" a serem beneficiados. Acrescentou também que o Partido Socialista Brasileiro publicizava certas críticas para o reajuste salarial do servidor e que de maneira alguma não poderia deixar de manifestar o seu protesto ante tais incoerências. Disse que a Mensagem seria aprovada, não por pressões políticas, mas visto a necessidade do funcionalismo em receber os salários do mês de janeiro de 89, enfatizando o seu protesto pelos elevados salários com que haviam sido beneficiados Secretários e assessores do Senhor Prefeito Municipal. Por fim, disse que cabia perguntar onde estava a meritocracia comunitária e a transparência do Governo do Saldanha, afirmando que sua colar, e dirigindo-se aos funcionários presentes, disse que seria melhor a tomada de decisão junto a ASPM pois era a Associação a entidade representativa do Funcionalismo Municipal e que merecia o apoio de todos, encerrando a seguir sua fala. Em seguida, ocupou a Tribuna o Vereador José Oscar Dias, iniciando sua fala, disse netar um sentido político nas circunstâncias vividas pelo Funcionalismo Municipal, daí a razão da presença de significativo número de funcionários na Câmara Municipal. Lembrou que no Governo parado os salários haviam sido "achalados", que não era comum as manifestações democráticas e muito mais difícil conseguir uma audiência, com o então presente. Adiante disse que o compromisso do Prefeito do Saldanha e da Bancada do PFL era ser

ter tal situação e que certamente a médo prazo seria praticada a verdadeira Justiça Salarial na Prefeitura. Considera ainda, que o Prefeito Sr. Salbanta havia encontrado uma administração empletamente desorganizada, cheia de apomiguados, e com um número exagerado de funcionários que na realidade apenas recebem os salários sem trabalharem. Disse de sua corteza em superar a Lei de Finanças que emolha a Prefeitura e que brevemente, com as finanças saneadas o Prefeito Sr. Salbanta poderia implantar definitivamente o seu plano de Gernio. Aberrando pronunciamento do Vereador Carlos Roberto Silva, o qual afirmou que o Prefeito Sr. Salbanta fora visto dando consultas na Praça 15, solicitou ao mesmo que quando esleca-se determinados assuntos, que apresentasse também provas concretas do fato, isto porque, a quantidade de determinados comentários impeliara na perda da raõ da credibilidade junto ao povo salabantino, e que fatos semelhantes jã haviam colocado muitos políticos em situação difícil junto a opinião pública. ponderou ainda o Vereador Sr. Coracelias, que a exigência de tempo para a publicação da matéria devia-se tão somente a problemas circunstanciais que emolham a Administração Municipal, as voltas com inúmeros problemas, mas ninguém poderia tirar o mérito da matéria e sua relevância não ficando de fora alguma málcia política por parte do Prefeito Sr. Salbanta. Quanto a figura de "marajã", tão comentada naquela reunião até por membros do quadro nacional, disse que o "marajã" identificava o funcionário que não trabalhava, recebendo altos salários, e que não configurava a questão dos Secretários e Assessores de Serviço Prefeito, desistidos pela importância e responsabilidade dos cargos exercidos, e que de forma alguma iria ser omisso caso existissem tais ocorrências no quadro funcional da Municipalidade após a posse do Sr. Salbanta. Portanto disse que o Gernio do Prefeito Sr. Salbanta teve como patamar o respeito a todos os cidadãos e principalmente uma total dedicação na busca de soluções para os problemas vividos pelos Municípios embora as dificuldades encontradas. encerrou a sua fala, pe

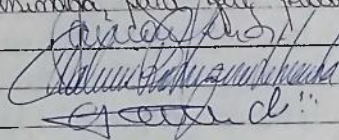


dando a todos um voto de confiança para que a Administração fosse desenvolvida com total eficiência a Rei e por conseguinte a valorização dos funcionários municipais, afirmando que nenhum servidor seria prejudicado. Em seguida, disse que reconhecia os problemas existentes na Prefeitura Municipal, mas era evidente que muitos estavam tentando tirar proveito político junto ao funcionalismo, o que não podia aceitar, visto o esforço despendido pelo Prefeito Sr. Saldanha para equacionar a questão salarial dos servidores. Enfatizou também o fato de Prefeito Sr. Saldanha estar governando o Município apenas a partir de janeiro 89, e que assim sendo muitos problemas tinham que ser solucionados até o pleno desmembramento do plano de Cuiabá que estava gradativamente sendo implantado, objetivando tão somente o bem estar da população Cuiabicense. Disse também reconhecer que acontecera um caso por parte de Prefeito, mas sem intenção dolosa, mas apenas para atender as necessidades do funcionalismo, daí, a brevidade de tempo com que a Mensagem fora enviada à Câmara, afirmando que a curto prazo os salários dos servidores estavam de acordo com o desejo de todos, encerrando a seguir sua fala. De imediato, ocupou a Tribuna o Vereador Ulisses Rodrigues de Raceda, iniciando sua fala, disse poder constatar como era fácil praticar uma política de magia na Casa, em detrimento de uma classe pouco colada com a cidade e que era integrada pelos "gais" da Prefeitura Municipal, dizendo que mais do que nunca o "gai" precisaria que os seus problemas fossem conhecidos de perto, no local de trabalho, e não, como acontecera naquela reunião, Vereadores da Tribuna se intitularem como defensores daquela suposta classe. Disse que falava com propriedade porque como chefe de Serviço Público, tivera oportunidade de lidar as necessidades do servidor e procurar defendê-las na prática do dia a dia. Disse de sua experiência quando ouvia o Vereador Omar Sampaio, deixo de lado sua brilhante inteligência, ficava imitando os gaus, de modo a contra o Prefeito Sr. Saldanha, o que se praticava frequentemente. Inquirido, disse que falava em nome dos gaus com

muita proficuidade, pois naquela manhã tivera a dignidade de  
prezear-las e saber o que via acontecer naquela reunião per-  
quanto porque outros Vereadores não tiveram a mesma atitude. Dis-  
se a seguir que lhe ampara fazer a defesa do Secretário de  
Serviços Públicos, Senhor Luis Antônio Colla, pois o mesmo es-  
tava assumindo uma Secretaria por demais problemática, e mes-  
mo assim se dedicando extremamente as suas atividades, ca-  
tando assim oferecer ao Secretário meios e meios de trabalho,  
e não apurar a crítica maliciosa. Comentou também que o  
Vereador Emílio Sommaro utilizasse sua brilhante inteligência  
para o mal, pois no Tribuna afirmava que a Mensagem  
do Senhor Tréfato, disposto sobre injuste salarial, era tam-  
plamente inícuo, sendo dirigido a retrair e dirigir ape-  
lo ao Distrito Vereador do PDT, pois o seu comportamento, di-  
melhor, sua posição, ao invés de incentivar os gaúchos, deveria ser  
a do Vereador Carlos Roberto Silva, que no seu Gabinete tomou  
a iniciativa de elaborar emenda para aperfeiçoar a Mensagem  
Executiva corrigindo as injustiças encontradas. Com relação ao  
IUL, disse que não apenas o Diretor do IUL merecia uma melhor  
remuneração, mas todos os servidores da Instituição, pois era uma  
atividade sólida e sacrificante em todos os seus setores. Quanto  
ao este objeto de crítica, pois afirmaram que o mesmo tivera  
sua distribuição suspensa, após as eleições, disse poder afir-  
mar como homem de amparo de moradores, que a distribu-  
ção não sabia, redução de continuidade, como conquista do  
antigo deputado Sr. Sabatini e que continuava lutando para  
que o benefício fosse estendido de cinquenta para duzentas fa-  
mílias, e encerrando sua fala, aduziu ainda, que não era  
defensor ardente do Tréfato Sr. Sabatini, que tinha independên-  
cia para assumir posições e ainda, que não fora eleito  
pelo Tréfato e sim por seus amigos e eleitores que haviam  
concordado com suas ideias a exemplo dos gaúchos e que assim  
sendo seu compromisso era com a verdade. Não havendo mais  
vereadores presentes, o Senhor Presidente, de imediato, transportou os  
trabalhos à ORDEM DO DIA. Nesta etapa, foram aprovadas as

seguintes matérias: aprovado o Parecer favorável da Comissão de Finanças e Orçamento com a apresentação de Emenda Substitutiva, no Projeto de Lei nº 002/89, contendo Mensagem Executiva nº 002/89. Aprovado o Requerimento nº 12/89 da Párea do Vereador Geyl Silva da Rocha, dispõe sobre pedido de urgência e Discussão única nas Comissões pertinentes para a Emenda Substitutiva nº 003/89. Aprovado o Requerimento nº 22/89, da Párea do Vereador Carlos Roberto Silva, dispõe sobre pedido de Urgência e Discussão única nas Comissões técnicas permanentes para a Emenda Aditiva nº 002/89. Aprovado o requerimento nº 24/89 da Párea do Vereador Waldemar Rodrigues de Raceda, dispõe sobre pedido de urgência junto a Comissão de Redação Final para o Projeto de Lei nº 002/89, cujas da Mensagem Executiva nº 002/89. Após as aprovações dos mencionados requerimentos foram encaminhadas as Comissões técnicas permanentes o Projeto de Lei nº 002/89 com as Emendas Substitutivas nº 003/89 e Aditiva nº 002/89 para emitir parecer conjunto. A seguir foi aprovado o Requerimento nº 14/89 da Párea da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cabo Frio, dispõe sobre pedido de Urgência e Discussão Única junto as Comissões permanentes para o Projeto de Resolução nº 002/89. Com a aprovação do mencionado requerimento foi encaminhado as Comissões técnicas permanentes o Projeto de Resolução nº 002/89. A seguir foram aprovados os seguintes requerimentos: Requerimento nº 16/89 da Párea do Vereador Waldemar Rodrigues de Raceda, dispõe sobre pedido de urgência e Discussão única para o Projeto de Lei nº 005/89. Oriundo da Mensagem Executiva nº 006/89; requerimento nº 19/89 da Párea do Vereador Geyl Silva da Rocha, dispõe sobre pedido de Urgência e Discussão Única para a Emenda Substitutiva nº 005/89; Requerimento nº 21/89 da Párea do Vereador Geyl Silva da Rocha dispõe sobre pedido de urgência e Discussão Única para a Emenda Aditiva nº 003/89; requerimento nº 23/89 da Párea do Vereador Waldemar Rodrigues de Raceda, dispõe sobre pedido de Urgência e Discussão Única para a Emenda Aditiva nº 004/89. Terminada a aprovação dos requerimentos, foram encaminhados

às Comissões técnicas permanentes o Projeto de Lei nº 005/89 com as seguintes emendas: Emenda Substitutiva nº 005/89, Emenda Substitutiva 006/89, Emenda Aditiva nº 003/89, Emenda Aditiva 004/89, Emenda Modificativa nº 002/89, para em conjunto emitirem parecer. Não mais havendo a tratar, o Senhor Presidente mandou a próxima reunião para o dia de quinze minutos e encerrou a sessão em nome de Deus P. para constar, mandou que se levasse de esta Ata que depois de lida, submetida à apreciação parária, aprovada, será arquivada, para que produza seus efeitos legais.

Assinado por:  
  
"Assinado por:"

Ata da décima terceira Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia dezesseis de fevereiro de ano em curso.

Por despacho horas do dia dezesseis de fevereiro de ano de mil novecentos e oitenta e nove (1989), sob a Presidência do Vereador Jânio dos Santos Mendes e com a ocupação da Presidência e segunda Secretarias pelos Vereadores: Waldir Rodrigues de Azevedo e Adailton Pinto de Andrade, reuniu-se Extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Geyse Silva da Rocha, Luis Pena de Figueiredo, Benildo Mota, Carlos Roberto Mesquita dos Santos, Carlos Roberto Silva, Derson Jardim, Gilmar da Costa Gomes, José Oscar Dias, Irineu Pacheco Filho, Marcos Valério Pereira Similama, Orlando de Silva Pereira, Omar Sampaio da Silva, Valdeir dos Santos Silva e Wilmar Monteiro. Não havendo Ata Anteriorizada para ser lida nem oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a ORDEM DO DIA. Nesta etapa foram apre-